

Carandiru: Deletado da Memória

Lídia Quiêto Viana

Arquiteta, Mestranda PROARQ / UFRJ

Rua Real Grandeza, 66 – 102 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22281-034

Tel.: (21) 2527- 9041 e-mail: lidiaquieto@yahoo.com.br

Cristiane Rose Duarte

Arquiteta, Doutora, Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ

Av. Pedro Calmon, 550 sala 433 – Cidade Universitária – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21941-901

Tel.: (21) 2598-1663 Fax: (21) 2598-1890 e-mail: crduarte@ufrj.br

Paulo Afonso Rheingantz

Arquiteto, Doutor, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ

Av. Pedro Calmon, 550 sala 433 – Cidade Universitária – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21941-901

Tel.: (21) 2598-1663 Fax: (21) 2598-1890 e-mail: par@ufrj.br

Carandiru: Deletado da Memória

Resumo

Concebido com base na premissa moderna da arquitetura penal, o Complexo Penitenciário do Carandiru, inicia sua história com a Penitenciária do Estado de São Paulo, projetada por Samuel Neves e Ramos de Azevedo, inaugurada em 1920, seguida da construção da Casa de Detenção em 1956. O complexo arquitetônico teve relevante valor histórico e simbólico. Mesmo diante de tais circunstâncias, o poder público optou, em 2003, pela sua demolição, com amplo e irrestrito apoio da sociedade. O motivo alegado para sua demolição – sua inserção em um contexto urbano – deixa duas perguntas incômodas: (1) Que argumentos teriam levado as autoridades a não estudar outros usos ou até mesmo a reciclagem ou a requalificação do complexo edificado? (2) Quais foram os motivos da sua demolição? Pode se dizer que o objeto arquitetônico “Carandiru” apresenta dois tipos de memória: *histórica*, que representa sua importância na arquitetura penal; e *coletiva* contemporânea, que carrega o estigma da violência de vivências recentes. (JODELET 2002). A demolição do complexo e a implantação de um parque no local foi tida pelo governo como uma atitude simbólica de literalmente apagar esse estigma negativo, construindo em seu lugar um ambiente renovado e de conotação positiva. Com base na pesquisa sobre matérias publicadas em jornais e revistas de grande circulação, e em estudos recentes sobre a crise de valores da pós-modernidade – envolvendo mudança de paradigma, imaginário cultural do ambiente penitenciário, a evolução do sistema penitenciário e seu ambiente construído, e a especulação imobiliária - este artigo apresenta um conjunto de reflexões sobre as questões citadas, aprofundando-se nos motivos geradores da atitude oficial.

Palavras chave: Arquitetura penal, Memória, Requalificação

Abstract

Conceived based on modern prisional architecture, the Carandiru Prisional Complex, begin his history with São Paulo State Prision, a project of Samuel Neves and Ramos de Azevedo inaugurated 1920, followed by construction of Detention House. The architectural complex became an object of relevant historical and symbolic value. Even facing these circumstances, in 2003, Sao Paulo government decided for its demolition with large and irrestrict public support. The alleged reason for its demolition – its insertion in a dense urban context – leave two uncomfortable questions: (1) Based on which arguments had not been studied other uses or the recycling or requalifying of the building complex? (2) What have been the reasons for its demolition? One can say the architectural object *Carandiru* presents two types of memory. A *historical* memory that represents its importance in the prisional architecture, and a comtemporary *collective* memory, that carries on the stigma of violence because of its recent incidents: crisis, rebellions, overcrowd. (JODELET 2002) Demolition of the complex and the project of a park for the area was considered by the government as a symbolic attitude of literally erase this negative stigma, building on its place a renovated environment with a positive significance. Based on a research on printed matters in newspapaers and magazines, and on recent studies on post-modernism value crisis – involving paradigm changes, cultural image of prisional environment, evolution of prisional system and its built environment, realstate speculation, this article presents a collection of thoughts over these mentioned questions. It deepens on the reasons that generated the official attitude.

Carandiru: Deletado da Memória

Introdução

“(...) é o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma, que a sua corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas”. (CALVINO: 1990: 11)

Este artigo¹ resultou da reflexão sobre as razões geradoras da demolição de um conjunto arquitetônico de relevância histórica e simbólica no país, e busca compreender se e como seu caráter – prisional -, a dinâmica urbana e a cultura pós-moderna influenciaram esta ação.

A Penitenciária do Estado de São Paulo foi motivo de orgulho para a cidade e sua população marcando um novo momento da história e do tratamento penal. A esperança depositada no passado em um modelo que parecia ser a solução do problema penal foi gradativamente desaparecendo com o funcionamento da unidade e a acumulação de seus problemas, assim como o rebatimento da evolução histórica e suas alterações culturais e sociais. O sonho do passado se tornou pesadelo e coube à geração posterior administrar suas seqüelas, em um processo recorrente da história: uma geração constrói seus castelos e as seguintes, tratam de cuidar de suas ruínas, preservando-as quando as julgam dignas de memória ou destruindo o que resta delas.

1. Memória e Lugar

O homem apreende o espaço a partir da sua percepção carregada de memórias, vivências e valores culturais e sociais. Modifica o espaço a partir de um processo cognitivo, adaptando-o a si mesmo, se apropriando e criando territórios, tornando-o assim um lugar. Essa adaptação se dá a partir da avaliação do homem segundo seu referencial de valores, que irá valorizar o que é conhecido e, portanto faz parte da sua memória.

“É importante ressaltar que memória não é história. Memória é o que registramos em nosso corpo sendo que história é o conjunto de narrações de fatos e ações que montamos a partir da nossa memória, como uma construção daquilo que lembramos e de certa maneira conhecemos”. (SILVA; GERHARD 2005: 01)

A história é o conjunto de fatos sucessivos relacionados a um lugar ou indivíduo e a memória, - o que fica retido ao homem – é o que guardamos da história de um lugar ou da nossa própria biografia. Os fatos ou imagens retidas desencadeiam o processo de significação. A memória não se opõe ao esquecimento: mas o engloba. A memória é formada a partir dos fatos que apresentam significado e, portanto se relacionam com a biografia do homem ou do grupo.

¹ Este artigo foi desenvolvido no âmbito da disciplina *Arquitetura e Projeto do Lugar* e vinculado à pesquisa de mestrado *Arquitetura Penitenciária do Rio de Janeiro: Recomendações para Programação e Projeto com base na Avaliação Pós-Ocupação e na Observação Incorporada*.

O significado e o valor de um lugar emergem da vivência e da memória de seus ocupantes. O caráter de um lugar é consequência direta dos eventos que acontecem, e está diretamente relacionado com a história da sua ocupação, com as atividades realizadas, a dinâmica e as relações estabelecidas entre o grupo ocupante e o lugar. “A significação do espaço é marcada pela cultura e pela história, e as significações subjetivas que lhe emprestam seus ocupantes têm a ver com a biografia e a história do seu grupo”. (JODELET: 2002: 32)

O ambiente, por sua vez, é o palco das relações humanas e sua conformação pode contribuir ou prejudicar as mesmas exercendo forte influência no comportamento humano. Pode colaborar em reunir ou dispersar os indivíduos, facilitar ou dificultar acessos e circulações, assim como quando modificado, alterar relações entre grupos antes estabelecidas, usos e o próprio caráter do lugar. [O espaço] “É também matriz porque pode engendrar, por suas transformações, novos modos de vida e de relações”. (JODELET 2002: 37)

As transformações na conformação do ambiente urbano envolvem questões sociais, culturais, econômicas e políticas, e sua evolução está fortemente associada à memória dos lugares. Envolve política e economia, pois o poder público é responsável pela permanência ou não das edificações na cidade, assim como a implantação de novas edificações e usos e, portanto da construção da sua memória. Envolve questões sociais e culturais, pois a população tem o direito de se manifestar apoiando ou se posicionando contra, muitas vezes impedindo o governo de realizar certas intervenções.

Segundo Jodelet (2002), os lugares apresentam diferentes tipos de memória: a *memória eventual*, a *memória coletiva* e a *memória monumental*² enquanto para Halbwachs (1994), existem três tipos de memória: a *memória individual*, a *memória coletiva* e a *memória histórica*³.

Neste artigo, são utilizadas duas abordagens da memória do Complexo Penitenciário do Carandiru. A *memória histórica* (Halbwachs 1994), e a *memória coletiva recente* que associa a *memória coletiva* de Halbwachs (1994) com a *memória eventual* de Jodelet (2002).

2. Memória Histórica

A história do Complexo Penitenciário do Carandiru antecede a construção da Casa de Detenção, popularmente conhecida como Carandiru. A Penitenciária do Estado de São Paulo, primeiro estabelecimento a ser construído, tinha como propósito suprir o déficit carcerário, atender ao

² CF. Jodelet (2002) A *eventual* é relativa a lugares que tem valor pelos acontecimentos dos quais foi palco, sejam eventos propriamente ditos, manifestações públicas de importância social e histórica, a *coletiva*, a lugares que tem valor por apresentarem características próprias do grupo específico ocupante do lugar e evidenciem sua cultura, tradição e costumes, como é o caso das cidades históricas; e a *monumental*, é uma memória estática que um objeto (monumento) guarda em si. Por mais que o caráter do lugar se altere e perca o significado que o monumento retém, e permanece marcando o significado que já não existe.

³ CF. Halbwachs (1994), a *coletiva*: é a memória social, uma memória viva, não precisa ser fixada; são lembranças presentes na cultura de uma coletividade. É uma corrente de pensamentos e experiências arraigado em uma cultura em um dado momento; a *individual* é um dos pontos de vista da memória coletiva; e a *histórica* é fruto da decomposição da memória coletiva. Quando a memória coletiva não é mais presente na cultura de uma coletividade, por se distanciar no *tempo*, *ela tende* a se tornar uma memória histórica

Código de 1890, e aderir às idéias da Escola Positiva de Direito, que buscavam apagar os vestígios do tempo do império e marcar o início do período republicano.

A pedra fundamental foi lançada em 1905 e em 1909 o governo do Estado de São Paulo promove um concurso público para a escolha do seu projeto. O projeto de arquitetura, de autoria de Samuel das Neves, foi construído por Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O projeto teve como referência a Prisão Fresnes, adotando o partido tipo *telephone-pole plan*, que consiste em um edifício com um corredor central de onde irradiam os corredores de celas perpendiculares.



Figura 01 e 02 (respectivamente) – Foto e vista aérea da Penitenciária do Estado de São Paulo Disponível no Google Earth; <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/images/36rebeliao.jpg>



Figura 03 e 04 (respectivamente) – Foto Aérea e vista da Prisão de Fresnes Disponível no Google Earth, disponível em <http://prison.eu.org/IMG/jpg/France-Prison-Fresnes-2.jpg>

Inaugurada em 1921, a Penitenciária do Estado buscava ser um modelo, dentro dos mais modernos padrões científicos da época, fazendo parte de uma nova estrutura de organização social. Adotou-se a prisão celular⁴ e, de acordo com o Código Penal de 1890, o regime

⁴ Estabelecimento penal que usa a alojamento individual – cela – apostando no isolamento como meio de forçar a reflexão do apenado.

progressivo, com base na crença na regeneração do homem a partir da reflexão, da disciplina e do trabalho, como mostra a frase de Herculano de Freitas cunhada em sua entrada: "Instituto de Regeneração - Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social". (AZEVEDO: 1997: 06)

Além da função social e econômica, o novo estabelecimento apresentava uma função científica. A adoção do sistema progressivo torna a pena mais individualizada, sendo então necessária a observação constante do preso, assim como estudos criminológicos e psicológicos para aplicação de penas adequadas a cada indivíduo de acordo com seu histórico, personalidade e tipo de crime cometido, afim de que seja feita a passagem de cada indivíduo de um estágio para o outro da pena. Tal fato incentivou o desenvolvimento – pioneiro no Brasil – dos estudos na área, atraindo estudiosos de todo o mundo.

(...) São Paulo tinha, literalmente, como um de seus cartões postais um presídio: o Carandiru. Digno de nota no Brasil e nas Américas, a ponto de fazer parte de sua rotina o recebimento constante de visitantes (...) até mesmo de Levi Strauss, o Carandiru causava tamanha impressão favorável (...) que Stefan Zweig, amigo de Sigmund Freud, escreveu em livro sobre suas impressões (...) (CANCELI: 2005: 154)

Na inauguração, o edifício apresentava dois pavilhões que seguiam o projeto original. Até o ano de 1921 o número de presos não passava de 280, bem abaixo de sua capacidade. Em função do crescimento ininterrupto do número de detentos a edificação foi ampliada, com a construção do terceiro pavilhão – um bloco idêntico aos anteriores –, inaugurado em 1929.

Na década de 1940, em função do aumento populacional associado com a proliferação do uso de drogas como a cocaína e a heroína e, principalmente, ao estabelecimento do Estado Novo, implicando em crescente número de presos políticos, a penitenciária chegou à sua capacidade máxima – em torno de 1235 presos (NOGUEIRA: 1940:23). O elevado número da população carcerária começa então a dificultar o andamento das pesquisas, estudos e análises por impossibilitar o tratamento mais individualizado, proposto inicialmente.

A Casa de Detenção – popularmente conhecida como “Carandiru” – retratada em livros, músicas e filme foi inaugurada em 11 de setembro de 1956, durante o governo estadual de Jânio Quadros (1955-1959), e buscava sanar o problema da superpopulação carcerária. Projetado para abrigar presos que aguardavam julgamento, sua capacidade inicial era de 3500 detentos. Apesar de inaugurada no primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek, seu projeto é anterior, integrando o conjunto dos grandes projetos institucionais da “Era Vargas”, enaltecendo a soberania do governo, a identidade nacional e a constante necessidade de controle da ordem pública.



Figura 05 – Foto Aérea da área do Carandiru
Disponível no Google Earth

A arquitetura imponente do conjunto de edifícios de linguagem *Art Déco*, típica daquele regime ditatorial, com dimensões exageradas, de fácil linguagem, pragmática, com a organização pavilhonar. A simetria de sua composição arquitetônica, valorizando os acessos centralizados, o predomínio de cheios sobre vazios em sua volumetria acentuada pela articulação de volumes definidos, geometrizados e simplificados.



Figura 06 – Vista geral da Casa de Detenção
Fonte: Governo Estadual de São Paulo

A Casa de Detenção apresentava o modelo arquitetônico conhecido como “quadrado oco”: planta quadrada com pátio interno; apresenta um corredor de celas central com celas (de 6 m²) dos dois lados – para o pátio interno e para o exterior.

Na entrada, um pequeno bloco de administração abrigava a diretoria. A seguir o bloco que ficou conhecido como Divinéia: um pátio em forma de funil que abriga – em sua face mais estreita – a sala de Revista Corporal ao fundo. Tudo e todos que entravam - visitas, funcionários, comida, presos excetuando médicos, advogados e diretores - eram lá revistados.

A entrada do preso no presídio acontecia pelo Pavilhão Dois, que abrigava toda a administração: chefia e carceragem, serviço de som e refeitório de funcionários, assim como os presos encarregados dos serviços - alfaiataria, barbearia, fotografia, rouparia – e os presos que chegavam ao presídio. Quando ingressavam, os presos eram fotografados, cortavam o cabelo, deixavam seus pertences, recebiam seu uniforme, e se dirigiam à Triagem, onde permaneceriam um período em observação, antes de ser encaminhados ao pavilhão em função do tipo de crime, à reincidência, à personalidade ou possíveis desafetos.

O Pavilhão Quatro foi construído para ser um pavilhão exclusivo da área de saúde, e abrigava a enfermaria geral, centro cirúrgico, laboratório, salas de raios-X, farmácia, as celas para doentes mentais, portadores de necessidades especiais e presos que precisavam de cuidados médicos.

O Pavilhão Cinco, ou pavilhão padrão, abrigava no térreo toda a parte de apoio: carceragem, uma enfermaria, sala de aula, sala para cultos religiosos e biblioteca. Nos outros quatro pavimentos abrigava celas comuns, individuais com 6m².

O Pavilhão Seis, de apoio, abrigava os equipamentos do presídio: no térreo, a cozinha geral; no segundo pavimento, um enorme auditório/cinema (com capacidade pra mais de mil presos); no segundo e terceiro andar a administração: vigilância, disciplina, judiciário, etc. e no quarto e quinto galerias de celas.

O Pavilhão Sete, construído para ser um pavilhão de trabalho, abrigava no térreo toda a parte de apoio dos pavilhões padrão, oficinas de trabalho, o patronato, que organizava todo o trabalho do presídio e fiscalizava o cumprimento das penas.

O Pavilhão Oito e o Nove, a exemplo do Cinco, eram pavilhões padrão, com dimensões maiores.

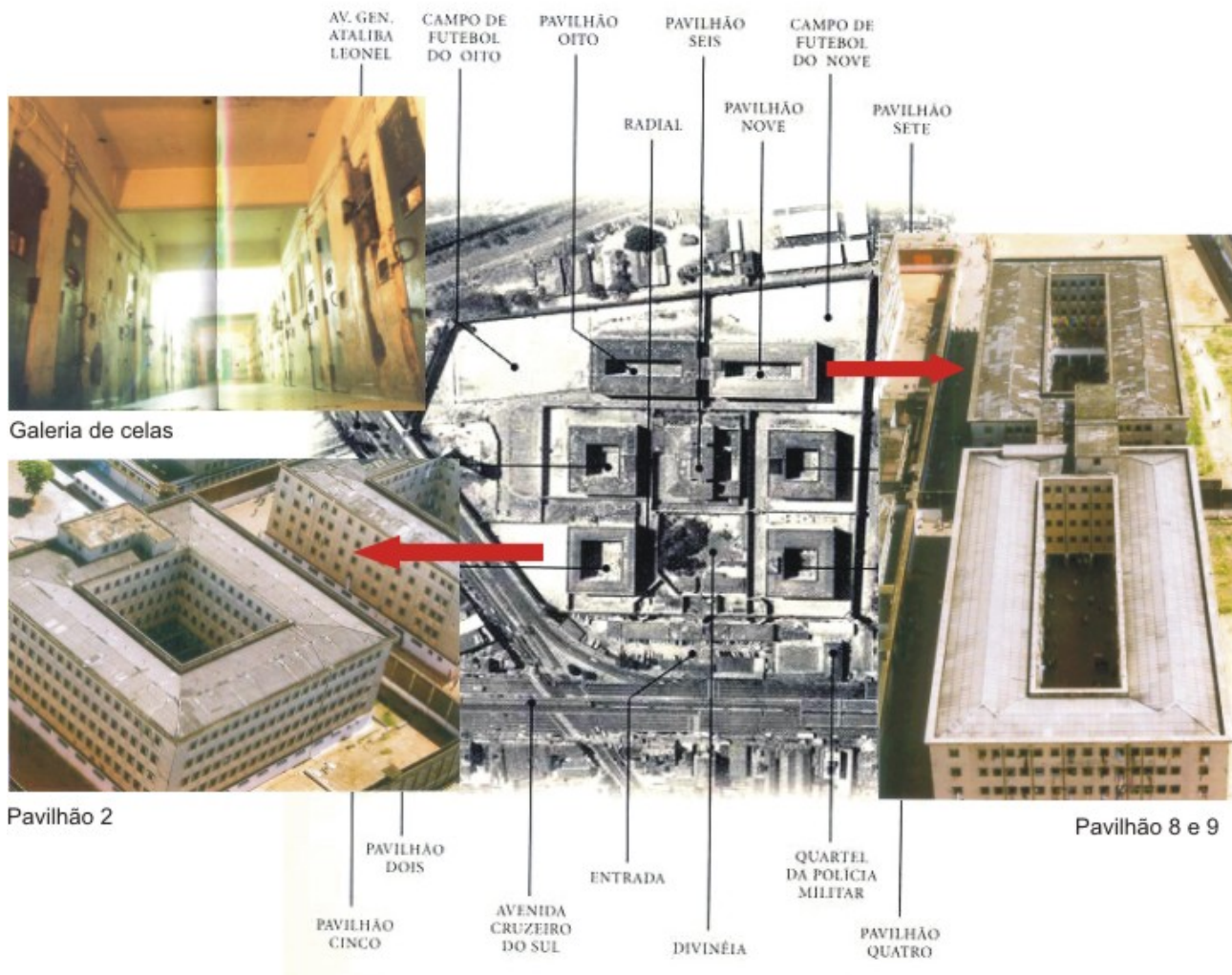


Figura 07 – Vista geral, pavilhões e galeria de celas
Drauzio Varela, Estação Carandiru

3. Memória Coletiva Recente

Com o passar do tempo, a massa carcerária aumentou consideravelmente, especialmente depois do regime militar instaurado em 1964 quando são estabelecidos os Atos Institucionais. Os presos políticos eram tantos que a população carcerária passa de 3300 presos em 1963, para 6600 (SENNA: 1994: 122) em 1965, só no estado do Rio de Janeiro. Com a constante superlotação nos estabelecimentos penais o estabelecimento sofre uma reestruturação e sua capacidade aumenta para 6300 presos.

A origem dos fatos que contribuem para a mudança de paradigma do sistema penitenciário contemporâneo se dá na década de 70. Foi quando se estabelece o crime organizado, cuja origem remonta à prisão conjunta dos presos políticos com os criminosos comuns, como "castigo" aos "elementos subversivos". Os criminosos comuns aprendem técnicas de guerrilhas e a organização dos grandes comandos e falanges, procedimento conhecido dos ativistas políticos na luta armada. O crescimento do uso da cocaína e da maconha facilita o estabelecimento e a sistematização do narcotráfico.

O elevado número de presos – que em alguns momentos chegam a 9000 detentos – fortemente organizados, a falta de recursos e o baixo número de funcionários, dificultam a fiscalização, inviabilizando qualquer possibilidade de tratamento individualizado dos presos. O ambiente torna-se mais insalubre e as celas individuais, de 6 m², chegam a abrigar até 15 indivíduos, impossibilitando qualquer privacidade ou a criação de vínculo do preso com o ambiente, trazendo graves problemas de higiene, e disseminando doenças.

Segundo Fischer, o território é delimitado pela qualidade das relações que se estabelece com o espaço. Implica a sua personalização com a ajuda de marcações e elementos de apropriação. “A apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para fazer o nosso”. (FISCHER: 1994: 82) O estabelecimento de um território pode ser considerado a projeção material da ocupação de um ambiente próprio dado pelas interações do corpo com o espaço. A territorialização é responsável por criar fronteiras entre os indivíduos estabelecendo regras de convivência dentro de um grupo.



Figura 08 e 09 – Celas da Casa de Detenção - apropriação
Drauzio Varela, Estação Carandiru

Com a alta densidade e o *amontoamento*⁵, não há como estabelecer um território: perde-se a privacidade e a identidade do ambiente, tornando impossível a apropriação pelos indivíduos. A apropriação revela a inadequação dos espaços projetados, sendo uma compensação para o usuário, uma busca de adaptação e identificação – que o amontoamento pode prejudicar, impedindo o estabelecimento do *espaço pessoal*⁶ e reforçando o sentimento de *topofobia*⁷

⁵ C.F. Fischer (1994) “(...) o amontoamento designa um estado psicológico criado pelo fato de se encontrar num espaço com um número de pessoas demasiado elevado em relação a satisfação ou ao conforto esperado ou procurado neste lugar”. p. 98

⁶ C.F. Sommer (1973) “O espaço pessoal refere-se a uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa e na qual os estranhos não podem entrar”. p. 33

⁷ C. F.Tuan (1980) topofobia tem significado oposto ao conceito de topofilia: - “Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal (...)”. p. 05

(TUAN: 1980) que o espaço penal, por si só, já traz. “Os lugares são avaliados afetiva e socialmente em função do caráter vivível ou não que lhes é atribuído”. (FISCHER: 1994: 199)

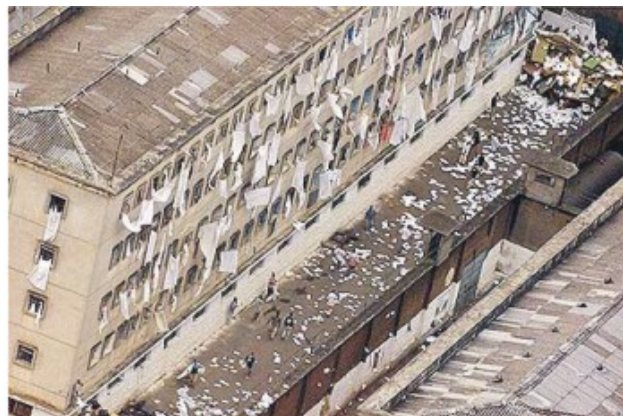


Figura 10 e 11 (respectivamente) – Rebeliões na casa de Detenção, desapropriação
Disponível em http://www.sagarana.net/rivista/numero12/images/carandiru_rebeliao.jpg;
<http://brasil.indymedia.org/images/2001/02/200386.jpg>

A insatisfação com as condições insalubres do ambiente, entre outros fatores, gerou rebeliões que se tornaram incontroláveis em função da organização dos presos e do seu elevado número e concentração. Durante as rebeliões, objetos como camas, colchões, mesas e compartimentos inteiros eram destruídos. Devido à proximidade com o centro urbano, as rebeliões colocavam em risco a população.

Com a seqüência desses conflitos, especialmente a partir da década de 1990, o estabelecimento, se transforma em palco de inesquecíveis tragédias. Em outubro de 1992 ocorre na Casa de Detenção, o pior massacre da história penal do Brasil. Após uma rebelião no Pavilhão 9, iniciada com uma briga na “rua 10” – corredor do fundo, oposto ao acesso do pavilhão que não permite a visibilidade dos agentes – 111 presos são mortos por policiais militares. A grande repercussão faz com que a imagem do Carandiru seja associada ao episódio, que é relatado em músicas e no filme “Carandiru” (2003), dirigido por Hector Babenco.

“E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo

Diante da chacina

111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos”. (CAETANO & GIL: 1993)



Figura 12 e 13 (respectivamente) – Rebeliões na casa de Detenção, desapropriação
Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/images/20rebeliaop.jpg>;
www.pcarp.usp.br/acsi/anterior/870/Carandiru.gif

A superlotação e a falta de investimento criaram lacunas que propiciaram o fortalecimento e uma invisibilidade (inicial) na formação de organizações criminosas dentro dos estabelecimentos penais. Com a evolução da tecnologia e o advento do telefone celular, as organizações até então restritas ao interior da prisão, passam a atuar extramuros. As mensagens, até então passadas por visitas, que demoravam até uma semana para chegar a seu destino, passam a acontecer em tempo real. Com isto foi possível operar, negociar e lucrar com as atividades extramuros, operando do “escritório penal”.

Em São Paulo, sob o argumento de lutar por melhores condições, foi criado o PCC (Primeiro Comando da Capital), que arregimentou com facilidade adeptos, criando uma “massa de manobra”.

“Não somos uma organização criminosa, nem muito menos uma facção, não somos uma Utopia e sim uma transformação e uma nova filosofia: Paz, Justiça e Liberdade. (...) nos rotulam como monstros, como anti-socias (...) hoje somos fortes onde o inimigo é fraco (...) o oprimido de hoje será o opressor de amanhã, o que não se ganha com palavras se ganhará através da violência e de uma arma em punho. (...) Se tiver que amar, amaremos, se tiver que matar, mataremos”. (AFS)⁸

Em 18 de dezembro de 2000, o PCC teve sua primeira grande atuação com base no mesmo argumento de sua formação. A rebelião na Casa de Custódia de Taubaté, que destruiu completamente o seu espaço físico, foi a declaração de guerra da “facção” ao governo⁹. Com o endurecimento do regime, dez líderes foram isolados em outras unidades penais. Em resposta, em 18 de fevereiro de 2001, houve a maior rebelião já computada, envolvendo 25 unidades

⁸ Um dos fundadores do PCC. Documento encontrado durante uma operação do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e Departamento de combate ao crime organizado-Polícia Civil SP (DÉIC). Apud CHRISTINO, Márcio S. disponível na internet em < http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/marcio_christino.pdf > consulta em 05/03/2007

⁹ GOVERNO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DE ADMINTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, Regime Disciplinar Diferenciado. Disponível na internet [http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/nagashi_furukawa.pdf]

penais e 4 cadeias públicas no Estado de São Paulo, simultaneamente, sob o comando de presos do Carandiru. (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA/SP: 2002)

4. Rebatimentos da Cultura Pós-Moderna

Com o advento da Pós-modernidade, a crise do sistema penitenciário brasileiro e, mais especificamente, da Casa de Detenção, assumiu grandes proporções.

Muito influenciada pelas culturas de massa, a cultura pós-moderna procura estabelecer um imaginário cultural e trabalhar em cima do senso comum, buscando condições de significação e aceitação para suas ações. “A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum (...). [Este] faz coincidir causa e intenção (...) reproduz-se colado às trajetórias e às experiências da vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante”. (SANTOS:1996:55)

Característica da pós-modernidade, a interdisciplinaridade traz a aplicação e o rebatimento de uma à outra disciplina. A importância dada ao signo e seus significantes, aliada à idéia de senso comum baseada na interpretação e na lógica das culturas de massas traz o desenvolvimento da comunicação social – o *marketing* – dando ênfase à imagem, signo, pela sua fácil comunicação e associação óbvia. A analogia do *marketing* para arquitetura e o espaço urbano trazem a reflexão e a preocupação em relação ao espaço e à sua imagem como representação de uma cultura, uma instituição, uma gestão de governo.

O governo, assim como a iniciativa privada, trabalha com pesquisas acerca do senso comum a fim de estabelecer um conceito a ser aceito dentro da gama de desejos do grupo social. A iniciativa privada busca apreender os sonhos para torná-los mercadorias, utilizando seu signo para vender os paraísos desejados; e o governo busca apreender aos anseios da população usando seus desejos para justificar suas ações e ter o apoio da população.

“(...) a relação do sujeito individual ou coletivo com seu espaço de vida passa por construções de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional ou subversiva que se desdobra (...), mas também no valor simbólico conferido ao ambiente construído pela cultura, relações sociais, pelo jogo de poder (...)”
(JODELET: 2002: 31)

A mídia desempenha forte papel no estabelecimento da imagem do lugar, reforçando sua memória eventual através da repetição exagerada dos fatos; ou comprometendo sua interpretação através da dramatização, omissão de detalhes e muitas vezes de uma apresentação dos fatos sugestionada, causando distorções desejadas e, de certo modo, a manipulação da sua interpretação.

“O homem urbano é um consumidor de notícias tanto quanto de outros produtos permanentes ou perecíveis. E a notícia sempre tem uma armadura geográfica, a qual, uma vez desprovida do sucesso que lhe imprimiu a vida passageira do noticiário, recebe um destino que ignoramos”. (CASTRO: 1997: 109 apud ELALI: 2007: 06).

5. Objeto Arquitetônico Representação Social

As constantes rebeliões e fugas no Carandiru causam graves transtornos à dinâmica da cidade, como o fechamento do metrô e avenidas próximas, além de colocar em risco a população. Esses fatos, noticiados em jornais e revistas do Brasil e do mundo, transformam o Carandiru em símbolo da precariedade e ineficácia do sistema penitenciário, incapaz de conter ou resolver os freqüentes e numerosos problemas da Casa de Detenção, tais como massacres, rebeliões e epidemias.

Durante anos a demolição do Complexo Penitenciário foi discutida. A falta de recursos para a construção de novas edificações e o lento processo de transferência dos presos para outros estabelecimentos adiam a demolição, esta sempre com o apoio amplo e irrestrito da população.

“(...) as significações contidas na arquitetura institucional [assim como no espaço urbano] estão ligadas a um processo cognitivo que permite a sociedade compreendê-las e relacioná-las as instituições nelas materializadas. Este processo, em permanente reelaboração, teria nos ambientes construídos um fator capaz de interferir no processo da própria arquitetura, realimentando-as com imagens simbólicas”. (MACIEL: 2002:144)

Segundo Welwood (2003: 90), recriamos continuamente nossas versões conceituais da realidade por meio do envolvimento automático da nossa percepção por meio dos pensamentos e esquemas de interpretação que são impregnados de significados e associações pessoais. Como a “percepção é um julgamento: pesamos a pertinência dos elementos ambientais em relação ao nosso sistema de referência”, (FISCHER: 1994: 75) – podemos considerar que a memória eventual do conjunto arquitetônico do Carandiru apagou sua memória histórica, retirando-lhe qualquer valor ou conotação positiva e assim qualquer possibilidade de identificação da população com o objeto.

“(...) existe um jogo de memórias no urbano (...). É exatamente a identidade dos habitantes que entra em jogo, que ali está embutida, e que faz com que se afaste o que pode ser descartado daquilo que se percebe como identidade negativa, e que se valorize o que se percebe no sentido de uma identidade positiva”. (JODELET: 2002: 41)

A realização do Concurso Nacional de Plano Diretor para Reurbanização da Área do Carandiru (1999), acelera a desativação do maior presídio da América Latina. Em setembro de 2002 os Pavilhões 6, 8 e 9 são implodidos, iniciando a transferência dos presos. Com a desativação completa e a implosão dos Pavilhões 2 e 5, em 2005, sua história chega ao fim. Do Complexo restam ainda em funcionamento a Penitenciária Feminina de Santana – antiga Penitenciária do Estado de São Paulo – a Penitenciária Feminina da Capital, o Centro Hospitalar Penitenciário, o Centro de Observação Criminológica e a Escola penitenciária.



Figura 14 e 15 (respectivamente) – Rebeliões na casa de Detenção, desapropriação
Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/portal/upload/implosao ;
www.crmariocovas.sp.gov.br/.../img_0152742.gif

A demolição da Casa de Detenção foi transmitida ao vivo em diversas emissoras de televisão do país e acompanhada por milhões de brasileiros. Ao final da implosão recebeu aplausos de pessoas que foram assistir de perto ao espetáculo intitulado “O Fim do Inferno” por autoridades locais e pela mídia.

6. Reciclagem da Memória

Concebido com base na premissa moderna da arquitetura penal, o Complexo Penitenciário do Carandiru inicia sua história com a Penitenciária do Estado de São Paulo, seguida da construção da Casa de Detenção em 1956. O complexo arquitetônico teve relevante valor histórico e simbólico, seja por sua concepção projetual, seja pela condição de abrigar o maior presídio da América Latina, ou ainda por ter abrigado episódios que marcaram a história recente do sistema penal nacional. A demolição da Casa de Detenção foi bastante criticada por profissionais das áreas de planejamento urbano e políticas públicas e trouxe grande e polêmica discussão a respeito de sua preservação, e possibilidades de reciclagem e reuso.

A atividade de preservação de edifícios arquitetônicos de relevância histórica, hoje classificados como Patrimônio Histórico e Cultural, se desenvolve desde 1937, podendo ser dividido em três momentos (MEDEIROS: 2005): (1) estabelecimento do SPHAN e preservação centrada em edifícios e monumentos; (2) ampliação, entre as décadas de 60 e 90, de sua atuação inserindo-se na política urbana e em políticas inclusivas; (3) implementação de processos de revitalização associados à lógica do mercado, valorização de culturas locais, associação ao desenvolvimento turístico.

Na década de 1990 ocorre uma mudança no caráter da prática patrimonial. Se anteriormente ela esteve associada à promoção da identidade nacional e sua modernização, ou às práticas de cunho social, a partir dos anos 90 ela passa a estar associada à imagem da cidade e à revitalização urbana fortemente marcada pela lógica do mercado, resultado da influência do

marketing e, portanto, da valorização da imagem, associada a uma política governamental neoliberal. “Amplia-se a série de lugares dignos de observação e exploração turística. Vive-se cada vez mais num “país de heranças”, onde a noção de passado histórico dá lugar aos mitos”. (FEATHERSTONE: 1995: 143)

A prática patrimonial então passa a trabalhar com base na reciclagem, utilidade e valorização de sítios urbanos deteriorados. Os objetos arquitetônicos a serem preservados ainda têm como ferramenta de seleção a memória, como um juízo de valor, que confere o grau de importância da edificação na história da arquitetura e das cidades. As intervenções, porém costumam ser radicais e tem um caráter de adaptação a uma nova utilidade, usando a lógica imobiliária reducionista: deixa como memória dos objetos ou dos lugares apenas uma vaga mensagem do que já foram.

“(,,,) a comercialização do produto imobiliário envolve um conjunto de valores (...). Porém, os elementos de projeto mais valorizados envolvem uma forte tendência ao reducionismo das características estéticas do projeto de arquitetura a seus aspectos mais aparentes e assimiláveis por um determinado público-alvo, em termos de imagem exterior (...).” (RIGHI: 2005: 01)

Trabalha-se agora com o marketing da cultura aliado ao significado dos lugares, em um processo de re-significação do lugar através das estratégias do marketing, visando a valorização do lugar e seu desenvolvimento. Os edifícios históricos ganham novos usos associados ao lazer, a cultura, a habitação ou o turismo; cidades recebem objetos arquitetônicos completamente desligados do seu contexto alterando completamente sua dinâmica. Essas ações buscam desenvolvimento do lugar, sua valorização e re-significação.

De modo geral, as práticas de *Image Making*¹⁰, assim como as práticas de *City Marketing*¹¹ - que exploram uma identidade marcante já presente no lugar, reforçando-a - trabalham principalmente em cima da imagem (de conotação negativa) do lugar em processo de deterioração, modificando sua estrutura e caráter para desenvolver uma imagem forte e de conotação positiva do lugar. Assim o próprio lugar criado passa a ser a propaganda de si mesmo. Ocorre da parceria da iniciativa privada com o governo, de modo que o governo adequa seus interesses às fontes de capital que apoiando-o com financiamentos e auferindo-o facilidades.

“(...) as prioridades do real são invertidas, e tudo é mediado pela cultura, a ponto de até os níveis político e ideológico inicialmente têm de ser desemaranhados de seu modo primário de representação que é cultural” (JAMENSON: 1979: 139)

“(...) como frisam Stauth e Turner (1988), deveríamos reconhecer que versões específicas da cultura são transmitidas e manipuladas por vários grupos numa disputa para se apropriar

¹⁰ C.f. Gomes (2006) estratégia que usa projeção de imagens urbanas desejáveis mediante intervenções no ambiente construído e renovação de seus aspectos. Para identificar, desenvolver e divulgar uma imagem positiva para um determinado lugar.

¹¹ C.f. Gomes (2006) processo que orienta a política urbana e as necessidades do consumidor enquanto investidor, turista ou morador., tem origem no marketing, apesar de ter crescido fora dele. Abrangem a promoção da imagem e buscam atribuir um incentivo positivo ao que é desejável. C.f. Arantes (1998) “promoção mediante comunicação de imagem”. p. 02

dos signos e usá-los de acordo com seus interesses particulares”. (FEATHERSTONE:1995: 85)

O conhecido urbanismo da terceira geração – caracterizado por intervenções pontuais, respeitando a estrutura da cidade, de caráter estratégico envolvendo iniciativa pública e privada, onde a cultura e a história do lugar têm papel preponderante - foi pioneiro neste tipo de intervenção. Sua matriz foi o projeto de revitalização de Los Angeles, sendo difundida a partir da revitalização de Barcelona, para se tornar prática comum em, Bilbao, assim como na revitalização da Pinacoteca em São Paulo, nos Programas Rio Cidade e Favela-Bairro e nas propostas de revitalização da Zona Portuária no Rio de Janeiro. Funcionam como âncoras de desenvolvimento para região.

A ocupação do lugar, hoje conhecido como Carandiru, iniciada com a implantação de uma penitenciária, seguida do Complexo Penitenciário e, por fim, resultou na implantação do Parque da Juventude, sua ocupação de caráter prisional, alterou-se bruscamente. O Parque se destina a uma ocupação de caráter público e institucional que inverte suas relações com o entorno e sua população.

Apesar desse tipo de intervenção urbana se apresentar muitas vezes como projeto de inclusão social por trazer para população equipamentos públicos de grande importância, muitas vezes acaba se tornando excludente. A valorização da área, muitas vezes, acaba expulsando a população local seja pelas boas ofertas de compra dos imóveis, seja pela elevação de custo trazido pela própria mudança do caráter local e a conseqüente implantação de novos equipamentos com novo caráter que vão se instalando no lugar dos antigos - *gentrification*¹².

“(...) a forma física não é entendida como representação social em sua totalidade, nem substitui o que representa, ou seja, os desejos e as vontades coletivas da forma social. (...) Qualquer forma física pode, portanto, ser interpretada como um fenômeno comunicacional relacionado às representações sociais”. (FERREIRA e CAMPOS: 2002: 108)

Podemos considerar que o processo de intervenção utilizado tem autonomia, uma vez que se baseia no próprio processo e se desenvolve em seu interior, excluindo as relações com o lugar, sua história, ocupação, usos, acessos e ligações existentes, assim como as relações com a população. Neste processo, que se desenvolveu de cima para baixo, a participação da comunidade se restringiu a discussão sobre o tipo de uso que seria dado, fato que não se alteraria por ser uma área restrita ao uso institucional. O projeto foi realizado a partir de concurso público sem a participação da comunidade.

O Parque, quando concluído, terá três grandes áreas: a primeira, um espaço esportivo com quadras poliesportivas, pistas de skate patins e cooper; a segunda, um espaço recreativo com

¹² C.f. Kennedy & Leonard (2001), conflito entre a “nova classe média” e a classe trabalhadora expulsa dos lugares em processo de revalorização. – processo de segregação social da população incapaz de arcar financeiramente com os custos do lugar que passou por um processo de gentrificação.

trilhas para caminhadas e passarelas, com um caráter mesmo de parque; e a terceira, a reciclagem dos dois pavilhões, de caráter institucional – abrigo escola, faculdade e biblioteca – e cultural – com cinema, teatro, etc. A apresentação do projeto teve ampla aceitação da população que desejava a implantação equipamentos institucionais relacionados a educação e profissionalização.

“Joga-se superficialmente com esses signos, descontextualizados da tradição ou da ordenação subcultural, e as pessoas deliciam-se com o fato que de tais signos são artificiais, opacos e “sem profundidade””. (FEATHERSTONE: 1995: 141)

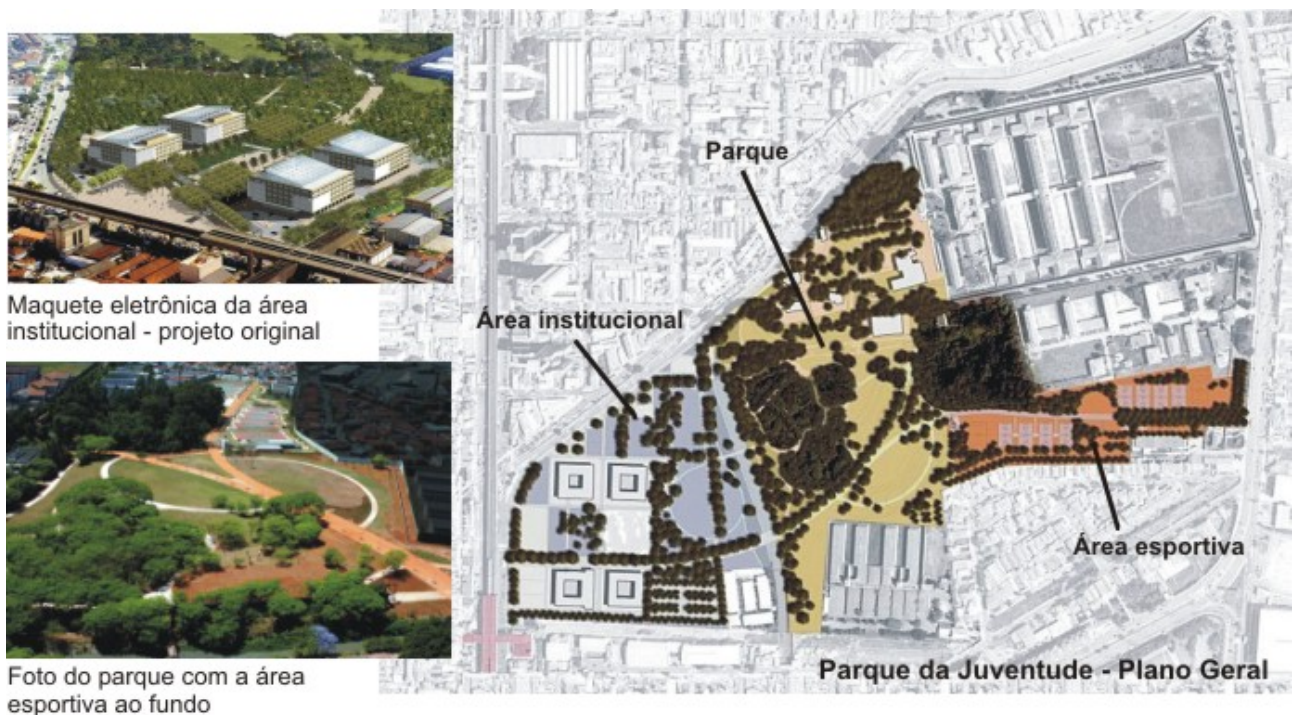


Figura 16 (respectivamente) – Projeto original e foto do parque
Governo do estado de São Paulo; Disponível em http://www.cpos.com.br/imagens/pq_centralesportivo.jpg

Apesar de trazer aparente benefício para a população local, e modificar completamente a imagem do lugar para uma nova imagem de conotação positiva, a construção do parque não teve participação da população que, não se identifica com o novo equipamento. Assim, “o modelo pode operar de modo ineficaz ao tentar explicar e prescrever a realidade que simultaneamente o representa”. (FERREIRA e CAMPOS: 2002: 109)

Segundo Gaspar (2006), comerciantes da região (entre outros) apontam uma queda nas atividades locais, afirmando que a implantação do parque diminuiu a segurança no local, aumentando a criminalidade e o vandalismo de moradores vizinhos e caracterizando a desapropriação do lugar. Usuários do parque afirmaram não utilizar os serviços ou comércio local devido à dificuldade de acesso criada por barreiras formadas pela própria configuração do parque, além da falta de segurança. “(...) para compreender a cultura pós-moderna, não é preciso apenas

ler os signos, mas olhar como os signos são usados por configurações de pessoas em suas práticas cotidianas”. (FEATHERSTONE: 1995: 94)

7. Conclusão

“A cidade carrega sempre vestígios do passado, cuja importância vai justamente residir nos significados que eles transmitem e que vêm garantir a estabilidade do tempo”. (JODELET: 2002: 39)

A arquitetura penitenciária sistematicamente é vista como anti-arquitetura. Fato acentuado pela falta de investimento, fruto da crença do governo de que, com o preso na penitenciária, o problema está resolvido, associado à postura da sociedade que apóia a falta de investimento no setor como uma forma de “vingança”, acreditando que o preso deve viver sob condições subumanas. Muito se tem discutido e investido em modernas técnicas de segurança e gestão de unidades penais, mas pouco se discute e conhece de suas peculiaridades.

A questão penitenciária não faz parte do dia a dia da maior parte da população, é uma realidade particular, desconhecida, de modo que o que conhecemos dela é o que é noticiado pela mídia. O sistema penal é hoje visto como um sistema falido, onde não se vê solução ou esperança. Desse modo, a mídia somente trata esta questão em seus momentos de crise – nas rebeliões ou na prisão de grandes condenados, como chefes de quadrilhas, ou do narcotráfico. Assim, a questão penal sempre esteve e continua a estar associada a situações limite.

O imaginário cultural é construído diariamente através de significados, sonhos e desejos, se relacionando com tempo vivido e com a cultura e sociedade no qual está inserido. A Penitenciária de Estado de São Paulo foi um cartão postal da cidade, e foi por isso preservada, isso se deve à crença daquela sociedade no fato de que a implantação de um modelo que usava como base o estudo científico seria a solução de um problema social que vinha se arrastando. Além disso, a penitenciária integrava a obra de um importante arquiteto na história da arquitetura brasileira.

A Casa de Detenção, por sua vez, foi concebida durante a ditadura militar para ser um presídio¹³, fato que caracteriza a prisão de presos políticos e que causa repúdio em grande parte da sociedade. Posteriormente abrigou eventos que prejudicaram a imagem do governo de São Paulo e do país perante o mundo, fato que a tornou ainda mais indigna de ser memorada. Assim, hoje, o projeto do Parque da Juventude busca, de fato, deletar essa memória de conotação negativa alterando bruscamente o espaço físico e sua fisionomia. Mesmo os dois blocos mantidos recebem um tratamento tal que se torna pouco provável sua associação com a utilização do edifício antigo.

¹³ Estabelecimento penal que abrigava presos ainda não julgados, que por isso não cumprem pena, mas aguardam julgamento



Figura 17 e 18 (respectivamente) – Fachada de um Pavilhão da casa de Detenção – concepção original e obra de revitalização de um dos pavilhões preservados

Disponível em <http://www.neoarte.net/saopaulo/carandiru.htm>; Natália Maria Gaspar; Carandiru São Paulo: Análise e Resultados do Processo de Requalificação Urbana com Base na Avaliação Pós-Ocupação (APO).

As intervenções urbanas têm importante papel na dinâmica nas cidades. Isso por ter a capacidade de alterar os usos, a vida e rotina de seus usuários, além dos valores imobiliários. Podem ainda criar laços de afeto da população com lugar, formando significados e criando memórias; assim como criar e construir a imagem e a memória das cidades. A mobilidade de nossos tempos, assim como a lógica do consumo e a falta da informação e da reflexão vem construindo lugares desligados de sua história, espaços de imagens aleatórias e signos sem identidade.

“Uma troca casual, aleatória, no material genético de uma célula produz alterações e um ou mais caracteres hereditários, provocando uma ruptura nos mecanismos da herança: se produz uma mutação, é certo, uma alteração substancial que afetará tanto a morfologia como a fisionomia não só da célula, ou do organismo, finalmente de todo o indivíduo”.
(SOLÀ-MORALES: 1996: 12)

A cidade contemporânea está permeada do que Culler (1982) chamou de enxertos, lugares que não são resultado de coisa alguma, mas pontos desligados de seu contexto, de conjugação arbitrária que trazem a *motivação para ação*, a partir de suas diferenças. Necessitam, tais pontos, da ação para alcançar a harmonia com o entorno e sua *presença* só será percebida a partir da ação que engloba a visão do que foi esse lugar e do que se tornará, iniciando assim um novo processo de significação do qual não se sabe qual será o fim.

"Construir é violentar (...). Uma cortina de fumaça encobre a natureza genuinamente destrutiva e violenta da arquitetura, e as mutações radicais que cada ato de construção impõe ao ambiente. Seria muito melhor aceitar, explicitamente, e de uma vez por todas, esta dimensão traumática da arquitetura do que tentar, a toda vez, justificar a violência da arquitetura em nome de uma ingênua e fictícia harmonia". (SOLÀ-MORALES: SOLÀ-MORALES Apud BROWSTEIN: 2004: 12)

As mutações da cidade se multiplicam, estimuladas por ações públicas e privadas em um processo ininterrupto e pouco reflexivo de suas conseqüências. É certo que a cidade sofrerá constantes mudanças, sendo até mesmo utópico desejar uma completa harmonia. Porém

necessária é a reflexão sobre as relações abrangidas pela cidade e sobre as conseqüências de suas mutações para as relações sociais e culturais com o ambiente.



Figura 19 – Casa de Detenção – fim de tarde
Disponível em <http://www.neoarte.net/saopaulo/carandiru.htm>;

Referências Bibliográficas

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- _____. Vendo Cidades. Veredas, Rio de Janeiro, v. 36, p. 21-23, 1998.
- AZEVEDO, José Eduardo. A Penitenciária do Estado: a preservação da ordem política paulista. In Revista do Conselho Nacional de Política Penitenciária, vol 1, nº 9, Brasília, jan- jun. 1997, p.91-102.
- BOHIGAS, Oriol. Uma Nueva Barcelona. Reflexiones sobre los últimos diez años. A&V (Monografías de Arquitectura y Vivienda) n. 37. Madrid, 1992.
- BROWSTEIN, Laís. A Crise do Urbanismo Contextualista. Texto apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. EAU-UFF. Niterói, nov/2004.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE O CARANDIRU. Relatório Final. São Paulo, 2001. Disponível em http://www.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/cecar.pdf Acesso em 24 jun. 2007 13:34
- CANCELLI, Elizabeth. Repressão e Controle Prisional no Brasil: Prisões Comparadas. In História: Questões e Debates, Editora UFPR: Curitiba, n. 42, p.141-156, 2005..
- CHRISTINO, Macio S. Sistema Penitenciário e o RDD. DEPEN: Brasília, s/d. Disponível em http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/marcio_christino.pdf. Acesso em 17 mar. 2007, 15:16:12.
- CULLER, Jonnatan. On Deconstruction. Theory and Criticism after Structuralism. NY: Cornell University Press, 1982.
- ELALI, Gleice Azambuja. Imagem Sócio-Ambiental de Áreas Urbanas: Um estudo na Ribeira, Natal-RN-Brasil. Revista Eletrônica Internacional de la Unión n. 10, 2007. Disponível em <http://www.psicolatina.org/10/imagen.html> Acesso em 12 jul. 2007, 20:32
- FISCHER, GUSTAVE-N. Psicologia Social do Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1994
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir- História de violência das Prisões. Petrópolis; Vozes, 1983.

GASPAR, Natália Maria; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Carandiru São Paulo: Análise e Resultados do Processo de Requalificação Urbana com Base na Avaliação Pós-Ocupação (APO). In Anais NUTAU 2006. São Paulo: FAU/USP, 2004 (CD-ROM).

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo; Perspectiva, 2001.

GOVERNO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DE ADMINTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, Regime Disciplinar Diferenciado. São Paulo: SAP, s/d. Disponível em <http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/nagashi_furukawa.pdf> Acesso em 10 dez. 2006, 12:23:12.

HALBWATCHS, MAURICE. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 2004.

HALL, Edward T. A Dimensão Oculta. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1977.

JAMESON, Friederich. Reification and Utopia in Mass Culture. In Social Text n. 01, 1979. p. 130-148

JODELET, Denise. A Cidade e a Memória. In: Del Rio, Duarte & Rheingantz. Projeto do Lugar. Rio de Janeiro:Contracapa, Proarq, 2002.

LAMPUGNANI, Vittorio Magnago. Notas sobre el urbanismo de la actualidad. V.V.A.A. Barcelona: GG, 1993

LEANDRO, Aldo Gomes. O Turismo em João Pessoa e a Construção da Imagem da Cidade. João Pessoa: UFP, 2006.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. Por uma Conservação do Espaço da Arquitetura. In Anais PROJETAR 2005. PROARQ / FAU UFRJ.

LYOTARD, Jean-François Lyotard, "O Pós-Moderno", Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

MEDEIROS, Ana Elizabeth de Almeida. Patrimônio Cultural, Ensino de Projeto e Profissão de Arquiteto: Caso ou Acaso? In Anais PROJETAR 2005. PROARQ / FAU UFRJ.

NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

NOGUEIRA, Accacio. A Penitenciária de São Paulo: seu histórico e desenvolvimento, no período de 1910 a 1940. Revista Penal e Penitenciária. São Paulo, vol. I, 1940, p. 17-25.

PALLAMIN, Vera. (Org.). Cidade e Cultura - esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RIGHI, Roberto *et al.* A edificação como produto imobiliário no desenvolvimento da arquitetura contemporânea em São Paulo, Brasil. In Anais PROJETAR 2005. PROARQ / FAU UFRJ. p.01

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume / Fapesp, 1999.

SANTOS, Ana Cristina Gomes dos.; RIO, Vicente del. A Outra Urbanidade: A construção da Cidade Pós-Moderna e o Caso da Barra da Tijuca. In RIO, Vicente del. (org.) Arquitetura: Pesquisa e Projeto. São paulo: ProEditores; Rio de janeiro: FAU UFRJ, 1998

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SENNA, Mauro Mendonça, O conforto ambiental na arquitetura penitenciária: um estudo de caso da cela individual de Bangu. Rio de Janeiro; FAU UFRJ PROARQ, 1994.

SILVA, Rafaek Spinder da; GERHARD, Cristiane Maria. Patrimônio A arquitetura como produto da memória In Anais PROJETAR 2005. PROARQ / FAU UFRJ. p.01

SOLÁ-MORALES, Ignasi. Presente y Futuros. La Arquitectura em lãs Ciudades. In V.V.A.A. Catálogo do XIX Congresso da UIA Barcelona, 1996.

SOMMER, Robert. Espaço Pessoal. São Paulo: EPU, 1973.

TOLEDO, Roberto Pompeu (editor). Edição do Centenário da República, O Álbum dos Presidentes. Rio de Janeiro; Jornal do Brasil, 1985.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____, Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difusão Editorial, 1983

VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.

VAZ, Lilian Fessler, JACQUES, Paola Berenstein. A Cultura na Revitalização Urbana – Espetáculo ou Participação? in *ESPAÇO & DEBATES, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*— jan / dez 2003, São Paulo: NERU,2003. v.23 n 43-44, p 129-140.

KLIASS, Rosa Grená. Primeira Etapa do Parque da Juventude. In PROJETODESIGN Edição 291 Maio de 2004. São Paulo: Arco Design, 2004. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura492.asp>. Acesso em 23 jan. 14: 46:11

_____. Segunda Etapa do Parque da Juventude. In PROJETODESIGN Edição 299 Janeiro de 2005. São Paulo: Arco Design, 2005. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura566.asp>. Acesso em 23 jan. 10: 32:07